

PORTARIA Nº 855/2026-PGJ

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 416, de 22 de dezembro de 2010, e pelo Ato Administrativo nº 769/2019-PGJ;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso abaixo nominados, o usufruto de férias individuais, nos seguintes termos:

DANIEL LUIZ DOS SANTOS, Promotor de Justiça, matrícula nº 1327, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2026/2026, para serem usufruídos: 10 (**dez**) dias **a partir de 10.02.2027** e 20 (vinte) dias convertidos em pecunia, nos termos do parágrafo único do artigo 155, em conformidade com o artigo 153, da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, Ato Normativo Conjunto nº 027/2013-PGJ-CGMP e suas alterações, sendo a Promotora de Justiça **MAI S A FIDELIS GONÇALVES PYRÂMIDES** a substituta (ATHENAS).

DANIELE CREMA DA ROCHA DE SOUZA, Promotora de Justiça, matrícula nº 1270, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2025/2025, para serem usufruídos: 20 (**vinete**) dias **a partir de 11.01.2027** e 10 (dez) dias convertidos em pecunia, nos termos do parágrafo único do artigo 155, em conformidade com o artigo 153, da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, Ato Normativo Conjunto nº 027/2013-PGJ-CGMP e suas alterações, sendo o Promotor de Justiça **AUGUSTO CESAR FUZARO** o substituto (ATHENAS).

DOUGLAS LINGIARDI STRACHICINI, Promotor de Justiça, matrícula nº 1234, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2025/2025, para serem usufruídos: 20 (**vinete**) dias **a partir de 11.01.2027** e 10 (dez) dias convertidos em pecunia, nos termos do parágrafo único do artigo 155, em conformidade com o artigo 153, da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, Ato Normativo Conjunto nº 027/2013-PGJ-CGMP e suas alterações, sendo a Promotora de Justiça **TAIANA CASTRILLON DIONELLO** a substituta (ATHENAS).

JOSÉ ANTONIO BORGES PEREIRA, Procurador de Justiça, matrícula nº 1117, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2026/2026, para serem usufruídos: 15 (**quinze**) dias **a partir de 18.01.2027** e 15 (quinze) dias convertidos em pecunia, nos termos do parágrafo único do artigo 155, em conformidade com o artigo 153, da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, Ato Normativo Conjunto nº 027/2013-PGJ-CGMP e suas alterações, sendo a Procuradora de Justiça **ELIANA CICERO DE SÁ MARANHÃO AYRES** a substituta (ATHENAS).

JOSÉ ANTONIO BORGES PEREIRA, Procurador de Justiça, matrícula nº 1117, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2026/2026, para serem usufruídos: 15 (**quinze**) dias **a partir de 10.02.2027** e 15 (quinze) dias convertidos em pecunia, nos termos do parágrafo único do artigo 155, em conformidade com o artigo 153, da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, Ato Normativo Conjunto nº 027/2013-PGJ-CGMP e suas alterações, sendo a Procuradora de Justiça **ELIANA CICERO DE SÁ MARANHÃO AYRES** a substituta (ATHENAS).

LAIS LIANE RESENDE, Promotora de Justiça, matrícula nº 1285, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2026/2026, para serem usufruídos: 15 (**quinze**) dias **a partir de 11.01.2027** e 15 (quinze) dias convertidos em pecunia, nos termos do parágrafo único do artigo 155, em conformidade com o artigo 153, da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, Ato Normativo Conjunto nº 027/2013-PGJ-CGMP e suas alterações, sendo a Promotora de Justiça **ITÂMARA GUIMARÃES ROSARIO PINHEIRO** a substituta (ATHENAS).

LEONARDO MORAES GONÇALVES, Promotor de Justiça, matrícula nº 1272, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2026/2026, para serem usufruídos: 10 (**dez**) dias **a partir de 11.01.2027** e 20 (vinte) dias convertidos em pecunia, nos termos do parágrafo único do artigo 155, em conformidade com o artigo 153, da Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, Ato Normativo Conjunto nº 027/2013-PGJ-CGMP e suas alterações, sendo o Promotor de Justiça **MARLON PEREIRA RODRIGUES** o substituto (ATHENAS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá/MT, 14 de outubro de 2026.

JANUÁRIA DORILÊO

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

PROCESSOS LICITATÓRIOS

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 065/2026

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa, considerando estarem presentes nos autos do processo administrativo Gedoc nº 20.14.0001.0005780/2026-33, os pressupostos autorizativos da legislação que rege a matéria, RATIFICA e torna pública, a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, da empresa **ORIKI EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE LTDA**, CNPJ nº 07.995.888/0001-99, com sede na Rua Maria José de Moraes, nº 304, Bairro Vila Gomes, em São Paulo/SP, CEP: 05.590-100, no valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para viabilizar a participação da Dra. Ynaê Lopes dos Santos como palestrante no webinar "Racismo Brasileiro: uma história da formação do país", a ser realizado no dia 25 de novembro de 2026, das 9h às 11h (horário de Mato Grosso) e das 10h às 12h (horário de Brasília), na modalidade virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams, com gravação e transmissão ao vivo pelo canal institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso no YouTube, na dotação orçamentária: Unidade Orçamentária 08.101, Projeto/Atividade 3441, Fonte 15000000, Natureza da Despesa 3.3.90.39.000. A presente inexigibilidade está fundamentada nos termos do artigo 74, inciso III, "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cuiabá-MT, 14 de outubro de 2026.

Januária Dorilêo

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que consta dos autos do processo administrativo autuado sob nº 20.14.0001.0001214/2026-28, decide **REVOGAR** o procedimento licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90019/2026**, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARE (SAAS) COMO SERVIÇO CONTÍNUO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PLATAFORMA DE ATENDIMENTO QUE POSSIBILITE A AUTOMAÇÃO DE MENSAGENS DE CHATBOT NO WHATSAPP COM TRANSBORDO PARA INTERAÇÃO HUMANIZADA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES MINISTERIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (MPMT), DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL**, nos termos do art. 71, II da Lei nº 14.133/2021.

Cuiabá/MT, 14 de outubro de 2026.

Januária Dorilêo

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa